

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

LUCIA SYNARA NUNES DA SILVA

O COMPROMISSO POLÍTICO DA ONG CENTRO DE EDUCAÇÃO
POPULAR DA ASSUNÇÃO – CEPAP

CARUARU
2014

LUCIA SYNARA NUNES DA SILVA

O COMPROMISSO POLÍTICO DA ONG CENTRO DE EDUCAÇÃO
POPULAR DA ASSUNÇÃO – CEPA

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Medeiros.

CARUARU
2014

S586c Silva, Lucia Synara Nunes da.
O compromisso político da ONG Centro de Educação Popular da Assunção - CEPA.
/Lucia Synara Nunes da Silva. - Caruaru: O Autor, 2014.
59f.; il. ; 30 cm.

Orientadora: Silvana Medeiros Costa
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, CAA, Administração, 2014.
Inclui referências bibliográficas

1. ONGS – Organizações Não-Governamentais. 2. Educação. 3. Compromisso
político. 4. Centro de Educação Popular da assunção (CEPA). I. Costa, Silvana Medeiros.
(Orientadora). II. Título.

658 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2014-034)

LUCIA SYNARA NUNES DA SILVA

O COMPROMISSO POLÍTICO DA ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DA
ASSUNÇÃO – CEPA

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Caruaru, 27 de Fevereiro de 2014

Prof. Dr. Cláudio Montenegro
Coordenador do Curso de Administração

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Silvana Medeiros
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Orientadora

Prof. M.Sc. Fernando José do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Banca

Prof^a. Dr^a. Maria Da Graça Vieira
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Banca

*Aos meus pais, Erenice e Izaias,
com todo o meu amor.*

*E àqueles que lutam por uma
sociedade mais justa e igual para
todos.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho significa a conclusão de uma parte importante da minha vida. Também significa a realização de um grande sonho: ser bacharela em Administração. E para que este trabalho fosse realizado, tive a importante contribuição de muitas pessoas especiais.

Agradeço primeiramente a minha orientadora, a Professora Doutora Silvana Medeiros, pois sua importante orientação foi determinante para a realização deste trabalho. E a todos os professores que tive, os quais contribuíram imensamente para a realização deste momento.

Ao Prof. Dr. Pe. Everaldo Fernandes e a todos os colaboradores do CEPA, em especial a D. Edileuza Fernandes, Hildete Carvalho, Silvaneide Ventura, Bibi e Wegma Oliveira pela carinhosa recepção e disponibilidade.

Gostaria também de agradecer a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível:

A minha linda e amada mãe, Maria Erenice (D. Nena), e ao meu amado e forte pai, Izaias Caetano, pelo carinho, educação, amor, por tudo, pois sem eles eu não seria nada do que sou hoje e não estaria realizando mais esta etapa da minha vida.

Ao meu querido e amado irmão, Luis Anderson, e a minha bela e amada irmã, Leticia Maria, pela forte, linda e amorosa amizade, que me anima e me renova sempre. E a todos os meus familiares, que tornam meus momentos de descontração mais alegres e divertidos.

Ao meu grande e apaixonado amor, Luan Esteverson, que durante esses 4 anos e meio de namoro soube me compreender e teve a precisa paciência nos momentos em que tive que me dedicar mais ao curso.

Aos meus amigos, que estão sempre presentes nos momentos importantes da minha vida, e as Irmãzinhas da Assunção, em especial a Ir. Luzinete Maria, pelo grande carinho e amizade.

A todos os amigos da Universidade Federal de Pernambuco, em especial as minhas queridas, Rosana Vasconcelos, Sara Oliveira, Priscila Costa, Cristiane Peres e Daniela Araújo pela grande força e amizade que levarei para o resto da minha vida.

E ao Deus Trindade e à Nossa Mãe Maria Santíssima, por tudo em minha vida.

*"Eu vim para que todos tenham vida,
e vida em abundância."*

João 10, 10

RESUMO

As organizações não-governamentais, junto com os movimentos sociais e populares, tiveram um importante papel na redemocratização dos países da América Latina. Contudo, nas últimas décadas estas organizações sofreram um forte enfraquecimento político e passaram a assumir uma postura mais empresarial. Em vista disto, este trabalho objetiva realizar uma breve análise sobre o compromisso político da organização não-governamental Centro de Educação Popular Assunção – CEPA. Para tanto, buscou-se, em um primeiro momento, um levantamento sobre o conceito e a história do Terceiro Setor e das ONGs. Em um segundo momento, analisou-se a formação dos jovens e como esta deveria ser. Logo após, foi apresentada a ONG em questão mediante os dados coletados por meio da pesquisa documental e das entrevistas realizadas com administradores e educadores da mesma. A análise dos dados coletados nos permitiu concluir que o compromisso político, abordado numa educação popular, faz-se presente nos projetos, cursos, educadores e administradores do Centro de Educação Popular da Assunção.

Palavras-chave: Organizações não-governamentais. Compromisso político. Educação.

ABSTRACT

Non-Governmental Organizations along with the social and popular movements have played an important role in the democratization of Latin America. However, in recent decades, these organizations experienced a strong political weakness and began to take a more entrepreneurial approach. In view of this, this paper aims to conduct a brief analysis of the political commitment of the NGO Centre for Popular Education Assumption - CEPA. To do so, we attempted to, at first, a survey on the concept and history of the Third Sector and NGOs. Secondly, we analyzed the formation of young people and how it should be. Soon after the NGO in question was presented by the data collected through desk research and interviews with administrators and educators the same. The data analysis allowed us to conclude that political commitment, discussed in popular education, is present in the projects, courses, teachers and administrators of the Centre for Popular Education of the Assumption.

Keywords: Non-governmental organizations. Political commitment. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações não-governamentais
CEPA	Centro de Educação Popular da Assunção
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
COMDICA	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
FAFICA	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG	Organização não-governamental
OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PROEDUC	Programa de Educação Comunitária
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFPE/CAA	Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
<i>Problema de Pesquisa.....</i>	<i>13</i>
<i>Objetivos.....</i>	<i>13</i>
<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>13</i>
<i>Objetivos Específicos.....</i>	<i>13</i>
<i>Justificativas.....</i>	<i>13</i>
<i>Justificativa Teórica</i>	<i>13</i>
<i>Justificativa Prática</i>	<i>14</i>
1 TERCEIRO SETOR	16
1.1 CONCEITO E HISTÓRIA.....	16
1.2 ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR	18
1.3 ONGS	20
1.3.1 História e Serviços Prestados	20
1.3.2 Legislação	22
2 FORMAÇÃO DOS JOVENS	24
2.1 EDUCAÇÃO TÉCNICA.....	24
2.2 EDUCAÇÃO POLÍTICA.....	26
2.3 EDUCAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL	27
3 O CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR ASSUNÇÃO – CEPA.....	31
3.1 METODOLOGIA.....	31
3.2 CARACTERÍSTICAS E HISTÓRICO DO CEPA.....	32
3.2.1 Características da ONG	32
3.2.2 Histórico	33
3.3 CURSOS OFERECIDOS	36
3.4 PERFIL E FORMAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EDUCADORES DO CEPA	38

4	O COMPROMISSO POLÍTICO E TÉCNICO DO CEPA – ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4.1	A EDUCAÇÃO TÉCNICA NO CEPA.....	43
4.2	O COMPROMISSO POLÍTICO DO CEPA.....	45
	CONCLUSÃO	52
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICES.....	57
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista sobre a organização	58
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com administradores e educadores	59

INTRODUÇÃO

As organizações não-governamentais (ONGs) desde sempre tiveram um importante papel na sociedade brasileira. Estas organizações, frente às desigualdades sociais do país, lutavam pelo bem-estar social da população, no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os menos favorecidos. Junto com os movimentos sociais e prestando assessorias a estes, as ONGs eram “cidadãs, movimentalistas, militantes e geradoras de inovações no campo de alternativas às necessidades e demandas sociais” (GOHN, 2005, p.89). Aqueles que se sentem motivados a contribuir para a construção do exercício da cidadania para todos, buscam as organizações não-governamentais como alternativa para a realização desse objetivo.

A cada ano que passa, mais e mais ONGs estão surgindo no Brasil. Segundo dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, o número Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos cresceram cerca de 190% desde a década de 1990. Acredita-se que hoje exista mais de 560 mil entidades privadas sem fins lucrativos atuando no país, e entre estas, estão as organizações não-governamentais. Contudo, paralelo a este crescimento, desde a década de 1990, as ONGs vêm assumindo uma atitude diferente da que tinham quando apoiavam e assessoravam os movimentos sociais.

A eficiência empresarial, exigida pelo mercado, atingiu também o caráter das ONGs, passando estas a assumir “uma postura mais empresarial, distanciando-se gradativamente dos antigos projetos políticos dos movimentos sociais” (MEDEIROS, 2010, p. 58). Neste contexto, encontra-se o Centro de Educação Popular da Assunção – CEPA, uma ONG caruaruense que oferece, entre outros benefícios, formação para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

A proposta desta pesquisa é analisar o compromisso do Centro de Educação Popular da Assunção com a formação política dos jovens. Para tanto, iremos fazer um breve retrospecto histórico, como também, o levantamento de conceitos e de definições a cerca do Terceiro Setor – setor da economia onde estão inseridas as ONGs – utilizando o referencial teórico sobre este assunto. Também será realizada uma análise sobre a formação dos jovens, comentando sobre a educação técnica, a educação política e a importância da educação para processo de mudança social, também utilizando a literatura. Logo após, temos a metodologia utilizada, a descrição da origem e do perfil do Centro de Educação Popular da Assunção, onde

apresentaremos os cursos que esta oferece e verificaremos a formação dos administradores e educadores desta ONG. Em seguida teremos a análise dos dados e as conclusões.

Problema de Pesquisa

As ONGs, nas últimas décadas, passaram a assumir uma postura diferente da que tinham no início de suas atividades. Se no passado elas eram cidadãs e militantes, hoje “as ONGs são vistas como menos politizadas e mais empresariais” (MONTAÑO, 2002, p. 139).

Tendo em vista esta mudança ocorrida no caráter das ONGs ao longo dos anos, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: a ONG Centro de Educação Popular da Assunção segue esta característica menos politizada da maioria da ONGs atuais ou possui o compromisso político de formar crianças e jovens em verdadeiros cidadãos, solidários e ativos, conscientes dos direitos que possuem e do poder que têm para reivindicá-los?

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar o compromisso da organização não-governamental Centro de Educação Popular da Assunção com a formação política de seus educandos.

Objetivos Específicos

- a) Descrever a origem e o perfil da CEPA;
- b) Conhecer os cursos oferecidos;
- c) Verificar o perfil e a formação dos administradores e educadores da ONG.

Justificativas

Justificativa teórica

As ONGs sofreram muitas transformações desde seu início até os dias atuais. E essas transformações provocaram uma forte discussão a respeito do caráter destas organizações. Para Prado (2007, p. 38) as ONGs “são motivadas pela busca da realização de uma utopia social baseada nos princípios de igualdade, democracia, e liberdade, em vistas da construção do sujeito ético e do respeito à natureza”. Contudo, muitos autores defendem que as ONGs estão “menos politizadas, mais empresarias, voltadas para o autofinanciamento ou para a

procura de parcerias no sentido de obter fundos, o que lhe exige maior eficiência” (MONTAÑO, 2002, p. 139). Medeiros (2010, p. 59) também corrobora quando afirma que “para as ONGs obterem financiamento para suas atividades, elas têm que se subordinarem-se as regras estabelecidas nos contratos de gestão celebrados com o Governo. Contratos estes fundamentados basicamente na cultura da eficiência empresarial”.

Esse embate acontece devido ao fato de que estas organizações, nos anos 1970/80, lutavam pela democratização do país e prestavam assessoria aos movimentos sociais, porém, hoje como instituições autônomas, assumem uma nova postura, mais empresarial, com vista a atender as exigências do mercado, distanciando-se do caráter sociopolítico que tinham no início. Como destaca Gohn (2005, p. 91):

[...] o novo protagonismo das ONGs cidadãs levaram a uma 3ª transformação na forma de atuar: a busca de qualificação dos atores sociais, clientelas das políticas em parceria. Cursos, seminários, capacitações e até treinamentos passaram a ser rotinas de pacotes de serviços oferecidos e vendidos pelas ONGs. [...] a venda de pacotes de qualificação supõe um mercado de compradores, que não se situa entre os necessitados, os excluídos, mas está localizado nas entidades que atuam diretamente com esses excluídos, no final da linha. Outro aspecto a destacar nos pacotes de serviços é que eles têm que ser mais ou menos uniformes, em suas linhas gerais, e, portanto, eles não são formulados mais segundo as características das necessidades dos demandatários, de sua cultura ou experiência anterior. Eles são formulados segundo as agências priorizadas nas políticas públicas e nas ênfases dadas pelos organismos de financiamento.

Percebemos que hoje são raras as organizações não-governamentais que têm um caráter militante da luta contra o sistema opressor. O que alarma, pois como afirma Green (2009, p. 470), “um modelo de mudança pouco efetivo, que leve em conta apenas um progresso lento e sem esforço, pode acabar se parecendo com um modelo de apoio ao *status quo*”. Com isso, faz-se necessário uma análise das ONGs que nos rodeiam, a fim de se ter um maior conhecimento sobre sua realidade, sua natureza, comportamento e papel na sociedade.

Justificativa prática

Atualmente as ONGs são as organizações que mais se destacam entre as diversas instituições do Terceiro Setor, atuando em diversas áreas, como saúde, meio ambiente, direitos humanos, educação, entre outras.

No entanto, além de perderem o caráter político que tinham no início de suas atividades, as ONGs também vêm perdendo a confiança e a credibilidade da sociedade, devido aos escândalos que envolveram estas organizações nos últimos anos, onde muitas foram acusadas de serem ONGs de fachada para desvio de dinheiro público.

Desta forma, é importante a realização de uma análise das ONGs que se encontram ao nosso redor, para que aqueles que não conhecem suas atividades possam acreditar em seu trabalho e até colaborar com estas organizações de diversas formas.

Portanto, fazer uma análise do Centro de Educação Popular da Assunção para saber qual é o seu verdadeiro compromisso, faz-se necessário para que os membros da comunidade se sintam mais seguros e motivados para trabalhar e contribuir com a ONG, como também para buscarem e acreditarem em seus serviços.

1 TERCEIRO SETOR

Este capítulo tratará sobre o conceito e a história do Terceiro Setor, como também abordará as organizações que fazem parte deste setor da economia, em especial sobre as ONGs, comentando sobre sua origem, áreas de atuação e leis que regem este tipo de organização.

1.1 CONCEITO E HISTÓRIA

O Terceiro Setor é assim chamado por ser composto por diversas organizações e instituições da sociedade civil que não fazem parte do Primeiro Setor (setor público) nem do Segundo Setor (setor privado). Contudo, não é tão simples conceituar este fenômeno chamado Terceiro Setor, pois ele “é um conceito muito abrangente e difuso, que procura agrupar uma grande variedade de instituições da sociedade civil, que se constituiu com objetivos e estratégias distintas e lhe atribui um propósito comum” (CACCIA BAVA, 2000, p. 41). Rubem César Fernandes define o Terceiro Setor como sendo um:

composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia, do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES *apud* CACCIA BAVA, 2000, p. 50).

Esta terminologia “Terceiro Setor” é questionada por alguns teóricos. Para Montaña e outros autores, o Terceiro Setor não deveria ser chamado de “terceiro”, mas sim de “primeiro”, uma vez que, segundo Montaña (2005), se o Terceiro Setor é identificado com a sociedade civil, e se é a sociedade que produz suas instituições, sejam elas, o Estado, o mercado etc., fica evidente que a sociedade civil, historicamente, tem precedência sobre as demais esferas, dessa forma “Terceiro Setor” não deveria ser chamado “terceiro”, mas sim de “primeiro”.

Outra complexidade a cerca da conceitualização do Terceiro Setor se faz presente devido à multiplicidade e variedade de organizações que o compõem. Montaña (2005) critica este conceito por reunir “no mesmo espaço, organizações formais e atividades informais, voluntárias e/ou individuais; entidades de interesses políticos, econômico e singulares; coletividade das classes trabalhadoras e das classes capitalistas; cidadãos comuns e políticos” (MONTAÑO, 2005, p. 57). Vamos nos aprofundar mais sobre as organizações do Terceiro

Setor mais adiante.

Contudo, o que podemos afirmar, é que o Terceiro Setor e suas instituições atuam em busca da proteção social e que para tanto recebe contribuição do mercado, do Estado e da ação voluntária de indivíduos da sociedade, seja com atitudes assistencialistas ou, como agente político, de crítica e de rediscussão do papel do Estado.

Muito também se discute sobre a origem e o desenvolvimento do Terceiro Setor. Segundo Albuquerque (2006, p. 21), “na Europa, na América do Norte e mesmo na América Latina, os movimentos associativos tiveram origem nos séculos XVI e XVII, inicialmente com caráter religioso ou político”.

No Brasil, a assistência também teve início no século XVI, no período colonial (Prado, 2007), e tinha como principais agentes entidades e pessoas mobilizadas por princípios religiosos. As Irmandades da Santa Casa de Misericórdia são as primeiras entidades assistenciais brasileiras. Segundo Prado (2007), sua manutenção acontecia por meio de doações de sítios, casas, dinheiro e apólices da vida pública, loterias e ajuda de Lisboa, e eram destinados para o cuidado dos pobres, tratamento dos doentes, prisioneiros e enjeitados, entre outros necessitados. Este autor também destaca que no Brasil imperial, além das Santas Casas, surgiram outras formas de organizações assistenciais como a Conferência Vicentina e a ação de algumas paróquias.

Podemos perceber que a Igreja Católica teve um forte papel no desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil. Após a proclamação da República quando Igreja e Estado se separam, as Santas Casas tornaram-se as primeiras organizações sem fins lucrativos do país. Somente em 1930, no governo de Getúlio Vargas, a pobreza passou a ser vista como um fenômeno socioeconômico e político, “e a assistência começou a ser assumida pelo Estado, que passou a distinguir na filantropia os campos de atendimento à saúde e à criança” (PRADO, 2007, p. 24).

Na década de 1970, as instituições filantrópicas e assistenciais unem-se aos movimentos sociais, o que marca uma nova fase do ingresso do Terceiro Setor no Brasil. Nesta época, mais uma vez, a Igreja Católica teve um papel determinante no avanço do Terceiro Setor no Brasil e em toda América Latina. Segundo Albuquerque (2006), foi com a Teologia da Libertação, uma doutrina da Igreja Católica, e com a criação e implementação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que ocorreu o grande impulso no movimento do ativismo social nos países da América Latina durante a década de 1970.

Nos anos 1980, através de um grande processo de mobilização social, a Constituição

de 1988 trouxe grandes benefícios no que diz respeito ao aumento dos direitos de cidadania política. Segundo Prado (2007), a Constituição dá um salto qualitativo e quantitativo no que se refere às políticas sociais, como a assistência, reconhecendo-as como direito de todos os brasileiros, assim como também as políticas de educação, saúde e previdência, que segundo o autor, “apesar de alguns limites”, também foram contempladas como direitos e não como favores.

Contudo, é na década de 1990 que o Terceiro Setor teve um crescimento significativo. As consequências do neoliberalismo e das reformas liberalizantes receitadas pelo Consenso de Washington para que as economias dos países, até então chamados de Terceiro Mundo, adotassem um modelo econômico com um “Estado mínimo”, fizeram com que os papéis exercidos tradicionalmente pelo governo passassem a ser desempenhados principalmente pelas organizações do Terceiro Setor. Assim, na década de 1990, a quantidade de entidades do Terceiro Setor cresceu mais que o dobro.

Uma pesquisa feita pelo IBGE aponta que entre 1996 e 2002, as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos cresceram 157%. Nos anos seguintes o Terceiro Setor continuou a crescer, porém de forma modesta, crescendo 22,6% de 2002 a 2005 e apenas 8,8% de 2006 a 2010.

1.2 ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor é formado por uma variedade de organizações sem fins lucrativos, podendo ser “organizações formais e atividades informais, voluntárias e/ou individuais; entidades de interesses políticos, econômico e singulares; coletividade das classes trabalhadoras e das classes capitalistas; cidadãos comuns e políticos ligados ao poder estatal” (MONTAÑO, 2005, p. 57).

Segundo Saraceno (2011), alguns teóricos incluem as organizações do Terceiro Setor entre as organizações públicas não estatais, “entende-se que são públicas, porque prestam atividade de interesse público; e não estatais, porque não integram a Administração Pública, seja direta ou indireta” (SACARENO, 2011, p. 13). Por esse motivo, ainda segundo a autora, as instituições integrantes deste terceiro setor chamaram-se originalmente de Organizações Não-Governamentais. Além da ONGs, o Terceiro Setor é formado também por entidades de utilidade pública, instituições com fins filantrópicos e os serviços autônomos.

Com o objetivo de se obter uma noção da dimensão do Terceiro Setor no nosso país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada – IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – Abong e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, desde 2002, vêm realizando um estudo com organizações que compõem o Terceiro Setor, registradas no Cadastro Central de Empresas – CEMPRE¹, trazendo informações atualizadas sobre quantas são, onde se localizam, quantas pessoas empregam e o quanto remuneram, a fim de se ter mais conhecimento, no que tange à sua finalidade de atuação e distribuição espacial. Em 05 de dezembro de 2012 o IBGE divulgou os dados da última pesquisa realizada em 2010, e constatou-se que no Brasil existiam 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – Fasfil – que integravam o Terceiro Setor.

Esse estudo adotou como referência para definição das Fasfil a metodologia do *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts*, elaborado pela Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas - ONU, em conjunto com a Universidade John Hopkins, em 2002. Foram consideradas Fasfil, as organizações existentes no CEMPRE como entidades sem fins lucrativos e que se enquadravam, simultaneamente, nos cinco seguintes critérios:

- a) Privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- b) Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;
- c) Institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- d) Autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- e) Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

Embora existam, segundo a pesquisa, 556.846 entidades privadas sem fins lucrativos no país, apenas 290.692 são consideradas Fasfil, por se enquadrarem nestes cinco critérios. O estudo mostra que estas organizações estão distribuídas da seguinte forma pelos campos de atuação:

¹ O CEMPRE cobre o universo das organizações formais, ou seja, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, e abrange organizações de toda natureza jurídica: órgãos da administração pública, entidades empresariais, entidades sem fins lucrativos, pessoas físicas e organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais.

- Habitação (292)
- Saúde (6.029)
- Cultura e recreação (36.921)
- Educação e pesquisa (17.664)
- Assistência social (30.414)
- Religião (82.853)
- Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais (44.939)
- Meio ambiente e proteção animal (2.242)
- Desenvolvimento e defesa de direitos (42.463)
- Outras instituições privadas sem fins lucrativos (26.875).

O estudo também apresenta o número e a distribuição das Fasfil em cada região do país. A Região Sudeste é a região em que mais se encontra as instituições do Terceiro Setor, concentrando 44,2% destas. Em segundo lugar está a Região Nordeste, onde estão 22,9% instituições. A Região Sul ocupa o terceiro lugar com 21,5% entidades, a Região Centro-Oeste, o quarto lugar, com 6,5%, e por último, a Região Norte, com 4,9% do total das entidades que compõem o Terceiro Setor, segundo os dados da Fasfil 2010.

Um contingente de 2,1 milhões de pessoas estava registrado como trabalhadores assalariados nas 290,7 mil Fasfil, em 2010.

1.3 ONGS

1.3.1 História e Serviços Prestados

As ONGs são entidades sem fins lucrativos que usualmente constituem-se sob a forma de associações e fundações. Segundo a Abong (2007, p. 5), é importante deixar claro que:

o conceito ONG é apenas político, ou seja, ele não existe formalmente e tem sido comumente usado de forma generalista. Existem apenas dois formatos jurídicos, que são associações e fundações. Estas podem ter qualificações diferentes enquanto pessoa jurídica e, dependendo da finalidade da organização, podem ser as de Organização Sem Fins Lucrativos (OSFL), Organização da Sociedade Civil (OSC) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

O termo “ONG”, segundo Coutinho (2005), foi utilizado na década de 1940, pela

ONU para mencionar as diferentes instituições que realizam projetos humanitários ou de interesse público. No Brasil, segundo a autora, a expressão se referia, principalmente, às organizações de cooperação internacional, formada por Igrejas, organizações de solidariedade, ou governos de vários países, em busca da consolidação da democracia.

Nas décadas de 1960/70, as ONGs desenvolveram-se a partir dos trabalhos dos centros de educação popular. A educação popular, segundo Coutinho (2005), era fundamentada no método de Paulo Freire, e utilizada no sentido organizativo-conscientizador, com palavras de ordem como “democracia de base” e “autonomia” que constituíam o eixo de seu repertório. A partir daí as ONGs tiveram um importante papel na redemocratização dos países da América Latina. No Brasil:

[...] a emergência dos movimentos sociais e populares, na sociedade brasileira dos anos 70 e 80, possibilitou a entrada de novos atores em cena e criou novos sujeitos coletivos. Este processo de experiência demarcou um novo campo de atuação na sociedade civil, relativo à participação dos cidadãos na vida pública, e explica em parte, a emergência e do desenvolvimento das ONGs [...] (GOHN, 2005, p. 88)

Nesta época, as ONGs eram “suporte para a ação dos movimentos. Eram ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes” (GOHN, 2005, p. 89) comprometidas com as causas dos movimentos, desenvolvendo trabalhos e lutando com estes.

Na década de 1990, com as mudanças ocorridas na conjuntura política dos países latinos americanos, oriundas da adoção de políticas neoliberais recomendadas pelo Consenso de Washington e suas consequências para a sociedade, os movimentos sociais e as ONGs cidadãs enfraqueceram e entraram em crise. Muitos dos movimentos sociais se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que até então os apoiavam.

Para Gohn (2005) o enfraquecimento político das ONGs cidadãs aconteceu devido:

o crescimento e o fortalecimento do pólo associativo do Terceiro Setor, pouco ou nada politizado, com compromissos genéricos sobre o combate à exclusão social, com discursos diluidor dos conflitos sociais, preocupado apenas com a inclusão social em termos de integração social ao *status quo* vigente sem questionar as bases do modelo de desenvolvimento vigente (GOHN, 2005, p. 91).

Gohn (2005) também destaca que, outro fator que contribuiu para o enfraquecimento político das ONGs cidadãs foi a opção destas organizações pelo trabalho institucionalizado, “concentrados em projetos e programas focalizados, para clientelas específicas, desconsiderando-se os processos, os conflitos envolvidos e a universalização das demandas” (GOHN, 2005, p. 91).

Ao adquirirem autonomia, as ONGs passaram a assumir “uma postura mais empresarial, distanciando-se gradativamente dos antigos projetos políticos dos movimentos sociais”. (MEDEIROS, 2010, p. 58). A busca agora seria pela eficiência e produtividade na gestão dos projetos, para assim garantir os recursos que manteriam essas entidades, ou seja, “ter pessoal qualificado com competência para elaborar projetos com gabarito passou a ser a diretriz central, e não mais a militância, ou o engajamento anterior à causa em ação”. (SARACENO, 2011, p. 10).

Atualmente, as ONGs prestam serviços em diversos campos de atuação. Segundo Gohn (2005), no universo temático das ONGs encontramos atuações nos seguintes campos:

- I. Direitos de Terceira Geração: gênero, meio ambiente (físico, vegetal e animal); direitos humanos, etnias, sexo. Direitos de cidadania, em suma;
- II. Áreas Sociais Básicas – Direitos Sociais ou de Primeira Geração: Saúde, Educação, Moradia, Alimentação;
- III. Grupos Sociais clássicos no atendimento da Assistência Social: crianças, jovens/adolescente, idosos;
- IV. Área da Cultura: clássica (música, dança, literatura, pintura, escultura, teatro e comunicações); diversidades culturais, defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico dos povos;
- V. Grupos vulneráveis e causas sociais: pobreza socioeconômica.

1.3.2 Legislação

Conforme vimos acima, o conceito ONG, segundo a Abong (2007), é apenas um conceito político que não existe formalmente. Para este tipo de organização existem apenas dois formatos jurídicos, que são associações e fundações, não existindo uma lei que seja voltada diretamente para as ONGs.

Contudo, o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) trata do regime jurídico das pessoas jurídicas em geral, incluindo as pessoas jurídicas de direito privado, o qual abrange as ONGs (associações e fundações), nos artigos 44 a 52 e 75. O Código Civil trata também, de forma particular, do regime jurídico das associações, nos artigos 53 a 61, e das fundações, nos artigos 62 a 69.

A Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 dispõe sobre as Organizações da Sociedade

Civil de Interesse Público as chamadas OSCIPs. Segundo Kuser (2008), nos termos legais, não é obrigatório que todas as ONGs qualifiquem-se como OSCIP, sendo apenas uma opção diretiva.

Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

No entanto, não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as sociedades comerciais, os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional, as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais, as organizações sociais, as cooperativas, as fundações públicas, as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas, entre algumas outras formas de organizações.

O mesmo acontece com as Organizações Sociais (OS), que também possuem um regimento próprio, a Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998, mas que também são consideradas ONGs uma vez que as OSs são organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como define a referida Lei.

As ONGs poderão qualificar-se como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Portanto, OSCIP e OS são qualificações que as ONGs podem receber atendendo determinados requisitos instituídos pelas respectivas Leis.

2 FORMAÇÃO DOS JOVENS

Uma boa parte das organizações não-governamentais no Brasil trabalha com educação de crianças e jovens. Segundo o IBGE (2010) 15,5% das entidades sem fins lucrativos e 6% das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – Fasfil – têm trabalhos voltados para educação e pesquisa. A educação é um elemento essencial para a formação da personalidade e do caráter de um indivíduo. É também (ou deveria ser) um instrumento fundamental para emancipação humana. O futuro de qualquer pessoa depende da educação. Mas, não podemos pensar em educação apenas como um meio para a realização profissional.

Infelizmente, a maioria das instituições que trabalham com formação de jovens está apenas preocupada em capacitá-los profissionalmente, deixando de lado a formação que deveria levá-los a serem verdadeiros cidadãos com ideais sociopolíticos.

Este capítulo fará uma descrição a respeito da formação dos jovens, comentando sobre a educação técnica bastante exigida nas últimas décadas, a educação política que deveria ser parte integrante para a formação de jovens, como também tratará da importância da educação para processo de mudança social.

2.1 EDUCAÇÃO TÉCNICA

Os grandes avanços tecnológicos vividos no final do século XX causaram grandes impactos na sociedade, principalmente nos processos organizacionais de trabalho. Segundo Machado (2008) a ciência vem sendo transformada em força produtiva direta, sendo área específica de investimento produtivo capitalista, fazendo surgir empresas voltadas exclusivamente para a produção de alta tecnologia e de novos processos de produção. Percebemos também uma alta performance da tecnologia, não somente nos processos de produção industrial, mas também no setor de serviços. Segundo Carvalho (2008, p. 96):

A geração e difusão das tecnologias da informação constituem um dos aspectos centrais do que se chamou de aceleração do progresso técnico. A competição com base na inovação tecnológica é o fator dominante num número cada vez maior de mercados de produtos industriais e de serviços. Firms e países têm intensificado seu esforço na busca de novas trajetórias tecnológicas. Aumento da produtividade, melhora da qualidade e conquista de mercados dependem crescentemente da capacitação tecnológica de firms e países. Em suma, a competitividade depende, em grande medida, da capacidade de gerar ou incorporar inovações.

Esta realidade demanda pessoas que saibam lidar com as novas tecnologias e com esses novos modelos de organização do trabalho. A capacitação técnica, nos dias de hoje, é basicamente essencial para a consecução de um emprego. Um jovem sem o mínimo de conhecimento em informática é considerado desqualificado para exercer qualquer atividade profissional. Conforme Silva Filho (2008) afirma, um indivíduo para exercer eficazmente um papel na atividade econômica tem que, entre outros requisitos, entender e usufruir das potencialidades tecnológicas. Até mesmo para exercer serviços públicos simples, como ser carteiro da Empresa brasileira de Correios e Telégrafos, por exemplo, exige-se no concurso público, o conhecimento em informática.

Deste modo, diversas escolas técnicas no Brasil, atuam para suprir essa demanda por pessoas qualificadas. Entre as principais escolas temos o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) que proporciona cursos técnicos na área da indústria, o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) voltado para o setor comercial, como também os diversos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, também conhecidos como Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica para a população brasileira. Para tanto, o Pronatec prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que juntos oferecerão oito milhões de vagas para os brasileiros nos próximos quatro anos. Para a preparação para a Copa do Mundo em 2014, o governo federal criou Pronatec Copa, onde são oferecidos diversos cursos gratuitos com o intuito de qualificar pessoas para este evento.

Podemos perceber que a Educação Técnica no nosso país, sempre esteve articulada a interesses ligados as relações de produção do capitalismo, tendo como principal objetivo “fornecer aos indivíduos, os meios necessários e específicos para realizar seu trabalho da forma mais rápida e econômica possível, geralmente com o objetivo de maximizar os lucros e minimizar as despesas” (MEDEIROS, 2009, p. 68).

No Brasil, “já não se propagandeia a Educação Técnica e o Ensino Médio para a formação da cidadania e para a luta pelos direitos, mas para as exigências exclusivas do mercado” (OLIVEIRA e COSTA, 2007, p. 80), e a principal causa disto são as muitas mudanças na esfera social causadas pela ideologia neoliberal e a globalização capitalista, as quais causaram profundas alterações nas relações de trabalho como privatizações,

desempregos e ainda o desemprego estrutural², e que, por sua vez, acabaram trazendo também um forte impacto no sistema educacional. Para Machado (2008, p. 170), o capitalismo

[...] se vê impossibilitado de cumprir tarefas sociais correspondentes ao avanço técnico alcançado. Este desenvolvimento, por si só, não garante a geração de uma sociedade realmente emancipada da pobreza, pois é modelado pelas relações de produção dominantes.

Várias ONGs que atuam na área de educação para os menos favorecidos, na tentativa de fornecer capacitação para os jovens com o intuito de tirá-los de alguma situação desafortunada da vida em que se encontra, acabam por reforçar esse processo de produção dominante, visto que estão tentando levar os jovens para o mercado de trabalho e para isso os capacita da forma que o mercado exige e esquecem-se do compromisso político e social de se fazer uma educação “para além do capital” (Mészáros, 2009), pois não é só formar para “saber e fazer”, ou seja, apenas para o trabalho, mas formar para serem cidadãos conscientes que sabem e pensam.

2.2 EDUCAÇÃO POLÍTICA

Geralmente não é comum ouvir este tipo de expressão “educação política” nas escolas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas, uma vez que muitos defendem que a educação deve ser imparcial, não defender “A” ou “B”, mas preocupar-se apenas em repassar conhecimentos, e de preferência capacitar as pessoas para tornarem-se empregáveis.

Entretanto, Paulo Freire é categórico ao afirmar que “não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica” (FREIRE, 2007, p. 40). Para Freire o ser humano é um ser vocacionado para *ser mais*, e esta vocação demanda liberdade, possibilidade de decisão, de escolha de autonomia, e para isso é preciso que os seres humanos se envolvam permanentemente no domínio político.

A vocação para o *ser mais*, enquanto expressão da natureza humana fazendo-se na História, precisa de condições concretas sem as quais a vocação se distorce. Sem a luta política, que é luta pelo poder, essas condições necessárias não se criam. E sem as condições necessárias à liberdade, sem a qual o ser humano se imobiliza, é privilégio da minoria dominante quando se deve ser apanágio seu. (FREIRE, 2007, p. 15).

² Desemprego Estrutural é o desaparecimento do mercado de trabalho de profissões ou funções, gerado pelo aumento da robotização e da automação no processo produtivo capitalista contemporâneo (OLIVEIRA e COSTA, 2007).

Porém, esta participação só acontecerá a partir de uma educação que não tenha como principal objetivo “fornecer aos indivíduos apenas os conhecimentos, as técnicas e as habilidades necessárias ao exercício de uma profissão que possa inseri-los no mercado de trabalho” (MEDEIROS, 2010, p. 125), uma educação que não vise somente à geração de lucros e vantagens materiais, ou seja, uma educação política.

Os jovens, principalmente aqueles de baixo poder aquisitivo, por não terem uma educação política, geralmente “não compreendem as contradições do mundo em que vivem, eles não reconhecem sua importância e poder dentro do espaço e tempo, tornando-se inconscientes sobre os seus direitos e se sentindo impotente para reivindicá-los” (MEDEIROS, 2010, p. 127). É necessária uma formação capaz de ensiná-los a exigir seus direitos e exercer uma cidadania ativa.

Somente uma educação política, faz com que os indivíduos se tornem conscientes dos direitos que possuem. Para Amartya Sen (2000, p. 178):

os direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de chamar a atenção eficazmente para necessidades gerais e exigir a ação pública apropriada. A resposta do governo ao sofrimento intenso do povo frequentemente depende da pressão exercida sobre esse governo, e é nisso que o exercício dos direitos políticos (votar, criticar, protestar etc.) pode realmente fazer diferença.

Apenas a educação política é capaz de tornar as pessoas conscientes do poder que possuem para construir sua realidade, sendo mais participativos nas decisões que afetam, direta ou indiretamente, suas vidas.

Este tipo de educação é importante, pois ao tornar o cidadão mais participativo, viveremos em um regime de fato democrático, onde a democracia seja participativa, substancial, “preocupada em estabelecer a igualdade econômica, social e política entre todos os cidadãos do país” (MEDEIROS, 2009, p. 49), diferente da democracia formal ou liberal na qual vivemos “preocupada essencialmente com a manutenção legal da forma de governo” (MEDEIROS, 2009, p. 48).

2.3 EDUCAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

Vivemos em um país onde a desigualdade social ainda é bastante presente. Segundo dados do IBGE de 2012, os 20% mais ricos do Brasil, ainda detêm 57,7% do rendimento total do país, em contrapartida ao pouco mais de 11% detido pelos 40% mais pobres. Apesar de o

governo promover programas como Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS e a Lei de cotas nas universidades públicas, a fim de diminuir essa grande desigualdade que existe no país, o Brasil ainda é regido pelos interesses do sistema do capital, pela ideologia liberal que “defende uma sociedade individualista e uma cidadania passiva, na qual devem ser garantidos apenas os direitos civis, dentre eles o de possuir bens econômicos, geradores das grandes desigualdades sociais” (MEDEIROS, 2009, p. 60).

Esta ideologia liberal e suas reformas trouxeram e continuam trazendo, consequências devastadoras em todo mundo, como nos aponta Chomsky (2006, p. 27):

Uma pesquisa da UNICEF realizada em 1993 estimou um incremento, somente na Rússia, de meio milhão de mortes anuais como consequência das “reformas” neoliberais, que tinham o apoio geral. O ministério russo da ação social estimou recentemente que 25 por cento da população caiu abaixo dos níveis mínimos de subsistência, ao passo que os novos dirigentes adquiriram enormes fortunas, outra vez o velho padrão das semicolônias ocidentais.

São também conhecidos os efeitos da violência em larga escala utilizada para assegurar a “prosperidade do sistema capitalista mundial”. Uma recente conferência jesuíta em San Salvador assinalou que, com o decorrer do tempo, a “cultura do terror acabou por domesticar as expectativas da maioria”. As pessoas talvez nem pensem mais em “alternativas diferentes das apresentadas pelos poderosos”, para os quais isto é uma grande vitória da liberdade e da democracia.

De fato, a sociedade tem um comportamento passivo perante estas ações cometidas pelo sistema dominante. Somos chamados cidadãos, mas exercemos uma cidadania passiva “marcada pela acomodação diante das estruturas sociais, políticas e econômicas que desumanizam ao invés de humanizar” (MEDEIROS, 2009, p. 70).

Diante desta realidade, faz-se necessário uma mudança de comportamento e de valores que contribuam para o bem estar de todos por igual. Um forte instrumento para a mudança social é a educação, uma vez que as pessoas menos esclarecidas tendem a agir de acordo com os interesses individuais dos poucos esclarecidos. Mészáros (2008, p. 51) nos atenta para o fato de que “quando uma maioria significativa da população se afasta com desdém do ‘processo democrático’ do ritual eleitoral, tendo lutado durante décadas, no passado, pelo direito ao voto, isso mostra uma mudança real de atitude em face da ordem dominante”.

Lamentavelmente, a educação formal a qual recebemos no espaço escolar não nos proporciona um aprendizado voltado para o exercício da cidadania. Sobre isto Mészáros (2008, p. 35) nos aponta que:

a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.

Para Mészáros, uma alternativa para essa internalização de valores impostos pelo sistema do capital, seria “adotar a totalidade das práticas político-educacional-cultural, na mais ampla concepção do que seja uma transformação emancipadora” (MÉSZÁROS, 2008, p. 57). É preciso uma educação libertadora que transforme o trabalhador em um agente político capaz de mudar a realidade em que vive.

Este autor também defende um mais amplo e profundo significado da educação, o qual inclui de forma proeminente todos os momentos da nossa vida. Segundo ele “apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 48).

Paulo Freire fala na Educação Popular como alternativa para a educação reprodutora da ideologia dominante. Segundo Freire (1983), qualquer esforço de Educação Popular deve ter um objetivo fundamental: “através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão” (FREIRE, 1983, p. 21). Para Freire, uma das tarefas da educação popular, “é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza” (FREIRE, 1992, p. 64). Para ele:

educação popular cuja posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um *nadar contra a correnteza* é exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais (FREIRE, 2007, p. 103).

Como o autor destaca, não é fácil por em prática este tipo de educação numa sociedade onde a própria educação é vista como uma mercadoria, seria realmente “um nadar contra a correnteza”. Contudo, para Freire “cabe aos educadores e educadoras progressistas, armados de clareza e decisão política, de coerência, de competência pedagógica e científica,

da necessária sabedoria que percebe as relações entre táticas e estratégias” (FREIRE, 2007, p. 103) fazer a Educação Popular.

Além disto, estes educadores devem também, proporcionar a participação de todos os envolvidos com a escola, principalmente de seus educandos. Para Paulo Freire (2007, p. 74):

constitui contradição gritante, incoerência clamorosa uma prática educativa que se pretende progressista, mas que se realiza dentro de modelos de tal maneira rígidos, verticais, em que não há lugar para a mais mínima posição de dúvida, de curiosidade, de crítica, de sugestão, de presença viva, com voz.

A educação, como o próprio Freire afirma, “não sendo fazedora de tudo é um fator fundamental na reinvenção do mundo” (FREIRE, 2007, p. 17). Somente a educação, uma educação política, voltada para a cidadania, é capaz de produzir uma consciência individual e o conhecimento necessário para lidar com as diferentes realidades, e transformar as pessoas em indivíduos pró-ativos, que não se subordina facilmente a todos os imperativos impostos por aqueles que só se preocupam com seus interesses particulares em detrimento do interesse comum e do bem-estar da sociedade como um todo.

3 O CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR ASSUNÇÃO – CEPA

Este capítulo tratará da descrição e caracterização do Centro de Educação Popular Assunção – CEPA, uma ONG que tem seu trabalho voltado para a educação e formação de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, iremos, primeiramente, apresentar a metodologia de pesquisa utilizada para se obter os dados dessa abordagem. Logo após será apresentado a caracterização e o histórico do CEPA, os cursos que esta ONG oferece, como também o perfil e formação dos administradores e educadores da mesma.

3.1 METODOLOGIA

Segundo Gil (2002) uma pesquisa científica pode ser classificada com base em seu objetivo geral podendo ser exploratória, descritiva e explicativa. A presente pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa exploratória. Segundo Vergara (2009) a investigação exploratória é realizada na área na qual há pouco conhecimento acumulado.

Embora exista uma diversidade de trabalhos a cerca das organizações não-governamentais, “usualmente, as análises feitas sobre as ONGs partem de seus próprios intelectuais, e estes criam uma representação do fenômeno ONG como algo positivo e isento de problemas” (GOHN, 2005, p. 100). Não se é muito fácil encontrar pesquisas que tragam uma análise crítica do trabalho realizado por estas organizações na atualidade. Por isso uma pesquisa exploratória faz-se necessária, uma vez que este tipo de pesquisa tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Os procedimentos técnicos utilizados para a elaboração deste trabalho foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a pesquisa documental. A pesquisa documental, segundo Vergara (2009) é aquela realizada através de documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas. Aqui o documento utilizado para auxiliar no levantamento dos dados foi o Projeto Político-Pedagógico do CEPA. A pesquisa de campo “é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-los. Pode incluir entrevistas, questionários, teses e observação participante ou não” (VERGARA, 2009, p. 43), enquanto a pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público

em geral” (VERGARA, 2009, p. 43).

Para a realização da pesquisa de campo deste trabalho foi utilizado como método a entrevista. Segundo Pádua (1996), a entrevista é uma técnica alternativa para se coletar dados não documentados, sobre um determinado tema, e pode ser desempenhada de várias formas, como a entrevista pessoal/formal, a entrevista orientada, livre-narrativa, de grupo ou informal.

Aqui o tipo de entrevista utilizado foi o pessoal/formal, onde “o entrevistador usa um esquema de questões sobre um determinado tema, a partir de um roteiro (pauta) previamente preparado” (PÁDUA, 1996, p. 64). O conjunto das informações colhidas foram analisadas e interpretadas à luz da literatura relativa ao assunto.

3.2 CARACTERÍSTICAS E HISTÓRICO DO CEPA

Aqui serão apresentadas as características e a história do Centro de Educação Popular Assunção – CEPA. Para a caracterização da ONG, foi utilizado o roteiro de entrevista que se encontra no apêndice A do presente trabalho. Para o relato da história do CEPA, foi utilizado o Projeto Político-Pedagógico da ONG, documento cedido pela coordenadora de projetos sociais da organização.

3.2.1 Características da ONG

Nome da organização: Centro de Educação Popular Assunção – CEPA

Endereço: Rua Alexandrino Boa Ventura, s/n – Vila Padre Inácio - Caruaru – PE

CEP: 55036-525

Telefone: (81) 3724-2223

E-mail: cepacaruaru@hotmail.com

Ano de criação: 2001, sendo instituído juridicamente em 13 de maio de 2003.

Área de atuação: Educação, Arte, Cultura, Cidadania e Direitos humanos.

Público-alvo: crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Número de crianças/adolescentes/jovens beneficiados: total de 240 de ambos os sexos, com idades a partir de 4 anos.

Missão da organização: Contribuir para disseminar a Cultura de Paz, mantendo uma proposta espiritual-sócio-educativo-cultural construída de forma interativa, através do diálogo entre os diversos saberes e atores sociais.

Fontes de financiamento: Programa Todos com a Nota do Governo do Estado, Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA/PE), HSBC Solidariedade, Miseen Cara e Little Way.

Parcerias para cooperação técnico-científica: FAFICA, SENAI, SESC (com o banco de alimentos), UFPE/CAA.

Benefícios oferecidos:

- a) aos educandos: alfabetização, acompanhamento escolar, aulas de teatro, aulas de danças regionais, aulas de capoeira, inclusão digital (curso básico e metareciclagem), audiovisual e cuidados preventivos e curativos com a saúde (atendimentos psicológico, odontológico e oftalmológico).
- b) aos pais: reuniões com caráter educativo e avaliativo, palestras, seminários e encontros para acompanhamento psicológico.
- c) à comunidade: rodas de conversa (onde acontece uma partilha dialógica de reflexões existenciais, sociais e cotidianas, que favorecem a percepção crítica da realidade; e são relevantes para a aprendizagem e exercício da alteridade e da cidadania, para o cultivo de uma Cultura de Paz), palestras e seminários.

Total de pessoas que trabalham na ONG: 24, dos quais 4 são voluntários e compõem a diretoria, 9 são estagiários e os demais são contratados.

Conselhos que participa: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA e Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

3.2.2 Histórico

O CEPA foi criado em 2001 pelas religiosas da Congregação Irmãzinhas da Assunção, juntamente com o até então padre da comunidade, Everaldo Fernandes e algumas lideranças da Vila Padre Inácio (bairro onde a ONG é situada), com o objetivo de oportunizar a autonomia e senso cidadão às crianças, adolescentes, adultos e demais pessoas da comunidade, em situação de vulnerabilidade pessoal e social, suscitando-lhes perspectivas e alternativas de prevenção, frente às inúmeras situações de violência e negação dos seus direitos humanos.

Conforme nos informa o Projeto Político-Pedagógico do CEPA, os residentes da Vila Padre Inácio e dos bairros circunvizinhos, constituem em sua maioria, jovens e crianças oriundos de famílias desempregadas ou subempregadas, também sulanqueiros que lutam

semanalmente por uma feira que garanta o mínimo de sustento da casa. Nesta região há duas escolas estaduais e duas municipais de pequeno porte, que atendem apenas uma parcela deste contingente humano. Assim, a ociosidade, a carência de sonhos e de projetos de vida são presentes na vida das crianças e jovens da região, como também a frágil exposição destes às investidas dos traficantes.

Na época da criação do CEPA, e não muito diferente de hoje, a vida da maioria dos habitantes, principalmente das crianças, adolescentes e jovens desta região onde é situada a Vila Padre Inácio e os bairros circunvizinhos, desdobra-se nas mais variadas realidades: constante atmosfera de agressividade mútua, de desencanto existencial, de falta de estima, de convívio diário com a criminalidade e de distantes sonhos de uma vida digna ou até mesmo de sobrevivência, uma vez que muitos morrem ainda adolescentes.

Desde o início de sua presença no Brasil, as Irmãzinhas da Assunção atuam em bairros de periferia. Quando as Irmãzinhas da Assunção chegaram a Caruaru, começaram a tecer laços com os moradores das Vilas Padre Inácio, do José Carlos de Oliveira e da Vila Diocesana Irmã Guerilde, “dando ênfase à construção de uma comunidade humana e de fé pelo crescimento integral das pessoas e à formação de lideranças cristãs” (CEPA, 2012, p. 8).

As iniciativas pessoais e coletivas foram tomando assento e ganhando corpo na comunidade. Logo, as Irmãzinhas da Assunção, juntamente com algumas lideranças desta comunidade, sentiram a necessidade de constituir uma entidade civil, de natureza popular, que, de fato, cuidasse das questões públicas/comunitárias. A urgência desses cuidados dava-se diante dos descasos das instituições governamentais, do crescimento desordenado da cidade, do quadro evolutivo das demandas socioeconômicas, culturais e das condições precárias de vida daquelas populações. Surge, então, o CEPA, instituído juridicamente em 13 de maio de 2003, tendo a missão de contribuir para disseminar a Cultura da Paz, mantendo uma proposta espiritual-sócio-educativo-cultural construída de forma interativa, através do diálogo entre diversos saberes e atores sociais.

A metodologia de trabalho do CEPA, segundo o Projeto Político-Pedagógico, baseia-se nos pressupostos de Paulo Freire, do qual entende a relação entre educadores e educandos numa perspectiva dialógica, e que tem como princípios metodológico: a reflexão, a problematização e a atitude crítica diante do mundo.

Ainda de acordo com o Projeto Político-Pedagógico, além da metodologia de Paulo Freire, o CEPA segue a proposta de espiritualidade dos fundadores da Congregação das Irmãzinhas da Assunção, Padre Estevão Pernet e Antonieta Fage. Estes fundaram a

congregação em 1865, na periferia de Paris, na França. Em uma Europa em plena era da industrialização, Estevão e Antonieta “estavam convencidos de que o sonho de Deus era e é para que todos tenham vida plena e que este sonho era e é para os pobres e pequenos” (CEPA, 2012, p. 7).

O Padre Pernet, segundo o Projeto Político-Pedagógico do CEPA, condenava as atitudes assistencialistas e convidava, com insistência, a elevar as pessoas à sua própria dignidade. Acreditava na capacidade da pessoa de entrar em diálogo consigo mesmo, com o próximo e com Deus; estimulava a criação de espaços onde cada pessoa fosse chamada pelo seu nome, incentivava as pessoas à criatividade e a tomar progressivamente parte na transformação da sociedade. Criou grupos constituídos por famílias operárias onde as pessoas pudessem experimentar a vivência da fraternidade e da solidariedade. E foi seguindo esta conduta simples e humilde de seus fundadores que as Irmãzinhas da Assunção de Caruaru criaram e caracterizaram assim o Centro de Educação Popular Assunção.

É importante ressaltar que esta Congregação, além do CEPA, é fundadora também de outra entidade na cidade: a Associação dos Protetores do Meio Ambiente - Asproma, uma ONG de grande referência na área da sustentabilidade em Caruaru, que atua de maneira programada na coleta seletiva de materiais recicláveis como papel, papelão, plástico, metal e vidro, tendo como objetivo resgatar a dignidade de quem realiza o trabalho da coleta seletiva, colaborando com a preservação ambiental e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A Asproma iniciou suas atividades devido ao acúmulo de lixo a céu aberto que provocou um surto de dengue na comunidade, o que fez com que uma das Irmãzinhas da Assunção, Irmã Franca Sessa, mobilizasse a sociedade e incentivasse os catadores, que não tinham um local adequado para armazenar seu material, a construir uma associação que assegurasse renda a estes trabalhadores e preservasse o meio ambiente.

Com isso, podemos perceber que esta congregação, assim como vimos acima nas palavras de seu fundador, busca promover a autonomia e dignidade daqueles que a sociedade deixa à parte: os pobres. O que nos faz perceber também em suas ações traços consonantes com os da Teologia da Libertação, a qual interpreta os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais, tendo opção pelos pobres, contra sua pobreza e a favor de sua vida e liberdade, deixando para trás o mero assistencialismo.

3.3 CURSOS OFERECIDOS

As informações relativas aos cursos oferecidos pelo CEPA também foram encontradas no Projeto Político-Pedagógico da ONG e através de algumas informações obtidas na entrevista com os administradores do Centro.

O CEPA oferece oito cursos voltados para crianças e jovens, são eles: o Projeto Tatear, Acompanhamento Escolar, Teatro, Dança, Capoeira, Informática Básica, Metareciclagem e Oficinas de Audiovisual.

O Projeto Tatear, é a educação infantil de crianças na faixa etária compreendida entre os 4 e 6 anos de idade. Esse trabalho tem por base as contribuições teóricas freireanas, sendo supervisionado pela FAFICA (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru), através do PROEDUC (Programa de Educação Comunitária). No Tatear, as atividades pedagógicas são trabalhadas com os componentes: linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, matemática, movimento e expressão corporal, arte, religião e filosofia para crianças, buscando sempre a forma lúdica para facilitar a compreensão das tarefas propostas.

Neste projeto busca-se que a criança se perceba como sujeito, compreendendo que poderá atuar em seu meio social e transformá-lo. As crianças do Tatear, quando atingem a faixa etária dos seis anos, ingressam no ensino público formal oferecido pelo município.

O Acompanhamento Escolar é uma experiência de aprendizagem complementar à educação escolar, visando à produção e à socialização do saber das crianças e dos adolescentes a partir de suas falas, experiências e talentos, com base na perspectiva teórica freireana. A proposta se organiza a partir de contratos de convivência e do trabalho com diversas áreas do conhecimento: língua portuguesa, matemática, história e geografia, ciências da natureza, artes e cidadania, envolvendo a formação de hábitos e atitudes, cultura, lazer, comemorações de datas significativas, temas emergentes, cuidados pessoais e sociais: prevenção de doenças, higiene corporal e bucal, meio ambiente, violência, drogas.

Neste projeto os educandos são motivados para a permanência na escola formal, o que resulta em uma menor incidência de reprovação e evasão escolar e melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Este projeto também é supervisionado pela FAFICA, através do PROEDUC.

Os cursos de dança, teatro e capoeira, que integram as atividades do projeto Arte CEPA, têm a finalidade de desenvolver ações de preservação e valorização da cultura regional, bem como da promoção do desenvolvimento humano dos participantes, mediante a

aquisição de novas condutas de comunicação e expressões individuais tais como, desinibição, ousadia, senso crítico, enfrentamento de situações adversas, criatividade e outras. Segundo Carvalho (2008, p. 30), na maioria das instituições, “a arte não é tomada apenas como um meio de educação, mas como a educação em si mesma. Por meio da educação estética, pretende-se propiciar o desenvolvimento integral (afetivo, cognitivo, intelectual e espiritual)”. Esta autora também afirma que:

as atividades artísticas, quando realizadas de maneira significativa, integrando emoção e cognição, ajudam os educandos a se expressarem bem artística e verbalmente, a desenvolverem o pensamento analítico e podem concorrer para o fortalecimento da identidade social ou grupal (CARVALHO, 2008, p. 93).

Nas Oficinas de produção Audiovisual (vídeos e fotografias), os adolescentes aprendem a operar equipamentos e linguagens para registro e confecção de material preventivo sobre o uso e abuso de drogas e outras situações, como também para elaboração de documentários sobre a vida do CEPA e da comunidade.

Com isto o CEPA propõe uma forma inovadora de inclusão e registro das diversas manifestações sociais e culturais da comunidade, construindo um ambiente onde os principais atores presentes nas comunidades possam contribuir na construção das narrativas que nos ajudem a conhecer o perfil político, social e cultural da Vila Padre Inácio e dos bairros adjacentes.

Os cursos de Informática Básica e Metareciclagem (manutenção de computadores) fazem parte do projeto de Inclusão Digital do CEPA. Estes cursos, além de capacitar adolescentes e jovens, de ambos os sexos, para o mercado de trabalho, contribuem com a publicação do material produzido pelas oficinas (audiovisual e arte CEPA). Esse projeto tem parceria com a FAFICA, o SENAI e o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola).

Conforme explica o Projeto Político-Pedagógico do CEPA, o conceito de metareciclagem consiste no aproveitamento dos computadores obsoletos. Surgiu na década de 1990 e vem se espalhando em boa parte dos países emergentes como Brasil, Argentina, Chile e em outros países asiáticos. No Brasil, esse movimento está sendo encabeçado por membros ativistas envolvidos principalmente com o software livre e sua filosofia de trabalhado em rede. O objetivo advindo dessa filosofia de transformação do lixo eletrônico não está apenas em converter o excedente em novas formas de uso, mas, em utilizá-lo como ferramenta educacional voltada para o desenvolvimento de competências sociais.

No momento da pesquisa, o CEPA, em parceria com a UFPE/CAA, estava

começando um novo projeto: um curso pré-vestibular com matérias isoladas de física, química e matemática, devido à grande dificuldade que os jovens têm com relação a estas disciplinas, para passar no vestibular e ingressar num curso superior. Contudo, é uma atividade em teste, possuindo no momento da pesquisa apenas três educandos.

Vale ressaltar que além destes cursos, o Centro de Educação Popular da Assunção também oferece para as famílias dos educandos, como também para toda comunidade, rodas de conversas, palestras e seminários.

Nas rodas de conversas acontece uma partilha dialógica de reflexões existenciais, sociais e cotidianas, que favorecem a percepção crítica da realidade e são relevantes para a aprendizagem e exercício da alteridade e da cidadania. Já nas palestras e seminários são realizados aprofundamento de temas relacionados às situações vividas pelas crianças, adolescentes, jovens e outras pessoas das comunidades assistidas, tais como: prevenção do uso e abuso de drogas, gravidez precoce, questões de gênero, importância da profissionalização e empreendedorismo, mercado de trabalho, entre outros.

3.4 PERFIL E FORMAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EDUCADORES DO CEPA

Os dados obtidos sobre o perfil e a formação dos administradores e educadores do CEPA foram obtidos através de entrevista, cujo roteiro encontra-se no apêndice 2 do presente trabalho.

O CEPA possui 24 pessoas engajadas na ONG, dos quais quatro são voluntários e compõem a diretoria, nove são estagiários e os demais contratados. A diretoria é composta pelo presidente da ONG, o vice-presidente, a tesoureira e o secretário. A administração é formada por uma coordenadora de projetos pedagógicos, duas administradoras financeiras e duas estagiárias que auxiliam no processo administrativo.

A ONG possui nove educadores: dois no Projeto Tatear, dois no Acompanhamento Escolar, um monitor de informática e metareciclagem que conta com o auxílio de dois estagiários que fizeram cursos na ONG, um professor responsável pelo teatro e pelo Projeto Audiovisual, um contramestre/professor de capoeira, e duas professoras de dança (sendo uma delas também, a estagiária que auxilia na administração, no turno da manhã).

Além dos administradores e educadores o CEPA conta com uma psicóloga, uma

pedagoga e duas odontólogas (uma destas, sendo a tesoureira que faz parte da diretoria da ONG). A ONG também conta com duas profissionais responsáveis pela merenda e pelo zelo da organização.

A pesquisa foi direcionada para os administradores e educadores, que somam 19 colaboradores. Porém, destes 19, dois membros da diretoria não chegaram a ser entrevistados. São eles, o vice-presidente, Clemilton Barbosa, que por ser voluntário e trabalhar como psicólogo não participa diretamente do cotidiano da ONG, e o secretário, Dr. Fábio, também voluntário, mas no momento da pesquisa estava afastado das atividades da ONG devido a problemas de saúde na família.

O atual presidente do CEPA é o Professor Doutor Padre Everaldo Fernandes, 52 anos. Presidente voluntário no CEPA, o padre Everaldo também é professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco no Centro Acadêmico do Agreste. Possui Doutorado em Educação, Mestrado em Teologia e graduação em Teologia e em Filosofia. Além destas, o Padre Everaldo também tem experiência nas áreas de Ciências da Religião, Educação Popular e Fundamentos da Educação. Presente no CEPA desde a sua fundação, o Padre Everaldo sempre participou da diretoria de forma voluntária, porém como presidente é a primeira vez, estando há quase um ano.

A tesoureira da ONG é a Doutora cirurgiã-dentista Josete Efigênia Alves de Moura, 42 anos. É formada em Odontologia e pós-graduada em Ortodontia. A Dr^a. Josete está como tesoureira há pouco tempo, mas trabalha como voluntária da ONG prestando serviços odontológicos há quase 10 anos. Ingressou na ONG através de convite da Irmã Franca Sessa, uma das fundadoras do CEPA.

Edileuza Fernandes de Oliveira, 50 anos, é a coordenadora de projetos sociais do CEPA. É formada em licenciatura plena em Ciências Sociais e pós-graduada em Coordenação Pedagógica. Trabalha no CEPA há seis anos e para tanto recebe dois salários. Ingressou na ONG por convite do até então presidente, Clemilton Barbosa, hoje vice-presidente do CEPA.

Albiram Souza Amaral Lima (Bibi), 42 anos, trabalha na administração do CEPA no setor de finanças. Possui curso técnico em contabilidade, tem graduação em Pedagogia e pós-graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. Contratada há sete anos e meio, recebe dois salários. Ingressou na ONG através de convite, participando de forma voluntária e logo após firmando contrato.

Além de Bibi, no setor de finanças do CEPA, trabalha também a Ir. Silvaneide Ventura da Silva, 38 anos. Ela é freira da mesma congregação que fundou o CEPA, as

Irmãzinhas da Assunção. Tem curso técnico em contabilidade e em enfermagem, e está cursando 6º período de administração na FAFICA. Entrou na ONG como voluntária, por fazer parte da congregação das Irmãzinhas da Assunção, e agora esta na ONG como estagiária pelo PROEDUC da FAFICA desde março de 2013. Os estudantes da FAFICA que estão estagiando no CEPA pelo PROEDUC não recebem remuneração, mas ganham uma bolsa de estudo integral no curso de graduação que estão realizando nesta faculdade.

Também trabalham na administração da ONG duas estagiárias: Sabrina Iolanda da Silva, 19 anos, e Sinthia Manuella da Silva, 17 anos. Sabrina auxilia na administração no período da manhã e é professora de dança no turno da tarde. Tem o 2º grau completo e curso técnico em administração. Participava da ONG há bastante tempo no grupo de dança. Como estagiária está há um ano, recebendo meio salário mínimo mensal. Ela começou a trabalhar na ONG através do convite feito pela coordenadora de projetos sociais da organização, Edileuza Fernandes. Sinthia Manuella está cursando 3º ano do Ensino Médio. É estagiária na administração no período tarde e monitora do curso de informática básica e do projeto Audiovisual na parte da manhã. Trabalha no CEPA há dois anos e assim como Sabrina, era educanda e começou a trabalhar na ONG através de convite.

Renata Lima, 22 anos, é a professora de dança do turno da manhã e está cursando 8º período de pedagogia na FAFICA. Renata trabalha no CEPA há 1 ano, com crianças de 8 à 14 anos geralmente, e tem remuneração de um salário mínimo. Foi indicada para trabalhar na ONG por uma amiga, onde participou de uma entrevista e foi contratada.

O monitor de informática básica e do metareciclagem é Wegma Oliveira Silva, 37 anos. Wegma está cursando 4º período de Ciências Econômicas na UFPE/CAA. Tem curso técnico em contabilidade, curso de formação política pela fundação alemã Konrad Adenauer, curso de educação popular com duração de três anos pela Obra Kolping do Brasil, curso de elaboração de projeto pela Obra Kolping do Brasil e União Europeia, curso de capacitação e elaboração de projetos pela Misesan Cara e curso de formação política pelo CESEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular), com o tema: Política e comunidades humanas por uma prática popular transformadora. É também educador popular pela Obra Kolping do Brasil e pelo CEPA. Wegma foi contratado pela ONG há quatro anos. Começou como voluntário, através de um convite do ex-professor de informática, mas logo foi contratado para ser monitor do curso de informática, e hoje recebe pela ONG um salário e meio. Além disso, Wegma também auxilia na gestão, com idéias e sugestões para ONG.

Lindenis Marcelo de Oliveira, 36 anos, é o professor de teatro e monitor do projeto

Audiovisual. É formado em Letras e trabalha com teatro há mais de 20 anos com o reconhecimento da DRT (Delegacia Regional do Trabalho). Foi contratado pelo CEPA há oito anos como professor de teatro, e há três anos também está a frente do projeto audiovisual, recebendo um salário e meio. Ingressou na ONG através do convite do vice-presidente, Clemilton Barbosa.

Além de Lindenis, o projeto Audiovisual conta com mais dois estagiários, que também auxiliam no projeto de Inclusão Digital, são eles: Gabriel Lopes de Arruda, 17 anos, e Jackson José Torres da Silva, 17 anos. Gabriel está cursando 2º ano do ensino médio. Desde muito pequeno é educando nos projetos do CEPA, e há um ano e meio, a convite do monitor Wegma Oliveira, tornou-se estagiário na ONG como monitor da informática básica, do metareciclagem e auxiliando no Audiovisual, com remuneração de meio salário. Jackson faz 3º ano do ensino médio. Participa do CEPA como educando, há seis anos, nos projetos de inclusão digital, de teatro e do audiovisual. Hoje, também a convite de Wegma, está estagiando há alguns meses, como monitor no projeto metareciclagem, e também auxiliando no audiovisual e no setor administrativo. Para tanto, Jackson também recebe meio salário mínimo.

Valdemir Aeudes Matias Ferreira (Dema), 44 anos, é o contramestre/professor de capoeira. Dema tem o Ensino Fundamental completo e foi contratado há seis anos para ensinar capoeira às crianças de 7 a 17 anos, recebendo um salário mínimo. Ingressou na ONG também por convite da Ir. Franca Sessa.

Os educadores do Projeto Tatear (educação infantil) e do acompanhamento escolar são todos estagiários pelo Programa PROEDUC da FAFICA. Eles não recebem remuneração, contudo ganham bolsa integral no curso que estão fazendo na FAFICA.

No projeto Tatear no turno da manhã, a educadora é Jeisse Alves de Lucena, 18 anos. Cursa 2º período de Pedagogia na FAFICA e começou o estágio no CEPA no mês de março de 2013. No período vespertino a educadora do Tatear é Adriana dos Santos, 24 anos. Ela está cursando o 4º período de Pedagogia na FAFICA e está na ONG há apenas um mês.

No Acompanhamento Escolar pela manhã, está o educador Marcos Pereira Cândido, 22 anos, o qual faz 8º período no curso de História da FAFICA, e está trabalhando há dois anos na ONG. No turno da tarde, a educadora é a Ir. Hildete Carvalho Conceição, 33 anos. Hildete está cursando 6º período de Pedagogia na FAFICA. Ela já participava do CEPA como voluntária há dois anos por pertencer à congregação das Irmãzinhas da Assunção, congregação esta que fundou o CEPA.

Com base neste perfil dos administradores e educadores da ONG, podemos concluir que o CEPA é uma entidade formada por uma equipe de formação variada e multidisciplinar, com um bom grau de escolaridade, bem capacitada e qualificada, tanto profissionalmente quanto humanamente, a qual coloca seus dons e habilidades a serviço da ONG e da realização de sua nobre missão.

4 O COMPROMISSO POLÍTICO E TÉCNICO DO CEPA – ANÁLISE DOS DADOS

Aqui trataremos os dados coletados nas entrevistas realizadas com os administradores e educadores do Centro de Educação Popular da Assunção – CEPA. Segundo Vergara (2009, p. 56), o “tratamento dos dados refere-se aquela seção na qual se explicita para o leitor como se pretende tratar os dados a coletar, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto”.

Neste caso, por se tratar de uma abordagem qualitativa, os dados coletados serão analisados e interpretados à luz da literatura abordada neste trabalho, fazendo um comparativo entre o referencial teórico e as informações colhidas mediante as entrevistas e o Projeto Político-Pedagógico do CEPA, documento cedido pela coordenadora de projetos sociais da ONG. Este comparativo tem a finalidade de descobrir se, de fato, o CEPA tem um compromisso político, além do compromisso de uma formação técnica, voltada para a questão de empregabilidade dos jovens.

4.1 A EDUCAÇÃO TÉCNICA NO CEPA

O CEPA, assim como diversas escolas e organizações não-governamentais que trabalham com educação, também possui cursos de inclusão digital para os jovens que estão se preparando para o mercado de trabalho. Estes cursos de qualificação tecnológica se fazem necessários, pois como vimos, a ciência vem sendo transformada em força produtiva direta, sendo área específica de investimento produtivo capitalista, fazendo surgir empresas voltadas exclusivamente para a produção de alta tecnologia e de novos processos de produção (Machado, 2008).

O CEPA, consciente da importância da formação tecnológica para a profissionalização dos jovens, oferece em seu projeto de inclusão digital, os cursos de informática básica e de metareciclagem, sendo este último, a manutenção de computadores e a reciclagem dos componentes dos computadores que não tem mais utilidade.

Este projeto de inclusão digital tem parceria com o SENAI, onde os jovens participam de uma avaliação ao final do curso, para verificar seu real desempenho e, ao serem aprovados, recebem um certificado pelo CEPA e outro pelo SENAI. O CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) também faz parceria com o CEPA, encaminhando os jovens que participaram dos cursos de informática para estágios remunerados.

Como nos demais países capitalistas, a educação técnica no Brasil sempre esteve voltada para interesses ligados às relações de produção do sistema econômico vigente. Como vimos, segundo Medeiros (2009), este tipo de educação apenas tenta cumprir as exigências do mercado, fornecendo aos indivíduos somente “os meios necessários e específicos para realizar seu trabalho da forma mais rápida e econômica possível, geralmente com o objetivo de maximizar os lucros e minimizar as despesas” (MEDEIROS, 2009, p. 68). Contudo, o CEPA se mostra uma alternativa a esta lógica do mercado, pois como fala o atual presidente do CEPA na entrevista:

Há essa preocupação, de formação mística, motivação mística, formação política, e aí, na formação política está a questão de alterações de poder, micro e macro, em que o CEPA pode ser uma presença diferenciada enquanto um modelo de resistência a lógica do mercado (Prof. Dr. Pe. Everaldo Fernandes, presidente do CEPA, em entrevista).

De fato, isto é percebido nas atividades do CEPA, visto que estes cursos vão além de capacitar adolescentes e jovens para o mercado de trabalho, pois têm também a finalidade de contribuir com a publicação do material produzido pelas oficinas do audiovisual e do Arte CEPA para a comunidade.

O monitor de informática também afirma que o trabalho vai além da dimensão técnica, quando fala que:

A gente cobra muito dos meninos o respeito aos pais. Se não tem respeito com os pais, bicho, tá queimado e muito queimado. Outra coisa, valorizar a família, né? É um trabalho técnico, mas que exige uma relação humana, um equilíbrio. Se não tem questão resolvida com a mãe, então resolve, né? [...] Sobre a formação deles, a gente entende que não é uma mera ocupação. Eu não estou aqui para ocupar ninguém não. Eu estou aqui pra transformar a vida deles, através de uma dinâmica, de uma metodologia e de uma missão (Wegma Oliveira, monitor de informática, em entrevista).

Ou seja, não há apenas a preocupação com a formação técnica, mas também com a formação humana dos jovens, indo além da aprendizagem específica do curso, alcançando também a dimensão familiar e relacional, o que demonstra que as atividades do CEPA estão em consonância com o que István Mészáros (2008) defende, quando este afirma que a mais ampla das concepções de educação inclui de forma proeminente todos os momentos da nossa vida ativa, e para este autor, “apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital” (MÉSZÁROS, 2008,

p. 48).

O curso de metareciclagem também é um diferencial da ONG, pois além de ensinar os jovens a realizar a manutenção de computadores, existe também a questão da transformação do lixo eletrônico, que não está voltada apenas em converter o excedente em novas formas de uso, mas também em utilizá-lo como ferramenta educacional voltada para o desenvolvimento de competências sociais.

De acordo com Projeto Político-Pedagógico da ONG, as ações de inclusão digital compreendem ainda: trabalho de sensibilização e conscientização sobre a importância da profissionalização; entrada dos educandos concluintes do curso no mercado de trabalho; aumento da autoestima e do senso crítico; participação dos educandos nos encontros para o desenvolvimento de habilidades e atitudes relacionais, sob a animação da psicóloga; participação nas políticas públicas, na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e nas Conferências (Estadual e Nacional) de Garantia dos Direitos das Crianças e do Adolescentes; participação dos educandos envolvidos na metareciclagem (curso de manutenção de computadores) nas Jornadas de Tecnologia da FAFICA e nas Mostras de Arte e Cultura do CEPA; e maior protagonismo juvenil.

Dessa maneira, podemos perceber que o CEPA fornece uma educação técnica visando uma formação para cidadãos que não pode ficar excluído de uma sociedade em plena era da informação. Mesmo que a maioria dos jovens que são assistidos pelo CEPA, não possua condições de ter algum dispositivos tecnológicos, dos quais eles aprendem a manusear durante os cursos, estes vão conseguindo um importante conhecimento para sua formação de cidadão.

4.2 O COMPROMISSO POLÍTICO DO CEPA

Como já citado, o CEPA segue uma metodologia fincada nas teorias de Paulo Freire. Com isso, logo percebemos que esta ONG tem, de fato, um real compromisso com a formação social e política dos educandos da ONG, visto que para Freire (2007) uma prática educativa, enquanto ato político, pode fazer algo pela transformação da sociedade, e como o CEPA segue esta metodologia freireana, isto se faz presente em suas atividades, como confirma uma das educadoras:

A linha filosófica do CEPA no aspecto da educação, que está ligada a instituição religiosa

da Irmãzinhas da Assunção, mas ele [o CEPA] tem uma linha filosófica, que é a linha humanista de Paulo Freire. É o que orienta nossa proposta pedagógica. E a oportunidade também... Eu vejo esse espaço de educação comunitária como oportunidade de materializar esse pensamento de Freire. É claro que é só um ensaio, a gente não consegue em sua totalidade, mas vai ensaiando, e a gente vai ficando bem contente com alguns indicadores de resultados que vão aparecendo (Ir. Hildete Carvalho, educadora, em entrevista).

Além disso, como falou a educadora, o CEPA está ligado a Congregação das Irmãzinhas da Assunção, da qual o fundador, Padre Estevão Pernet, condenava as atitudes assistencialistas e “estimulava a criação de espaços onde cada pessoa fosse chamada pelo seu nome e incentivava as pessoas à criatividade e a tomar progressivamente parte na transformação da sociedade” (CEPA, 2012, p. 9). Isto nos mostra que o CEPA foi criado com a finalidade de formar verdadeiramente cidadãos. Também podemos perceber isto na fala do presidente do CEPA:

A cada atividade que é proposta, é acrescentado o aspecto da cidadania. Não a cidadania consumista, uma cidadania enquanto apenas fala os códigos do mercado, mas uma cidadania enquanto postura de ser refletida e assumida perante estas impulsões das lógicas de poder (Prof. Dr. Pe. Everaldo Fernandes, presidente do CEPA, em entrevista).

Como vimos anteriormente, uma forte característica da metodologia freireana é a importância da participação de todos os envolvidos com a escola no processo educativo. Freire (2007) nos fala que uma prática educativa que se pretende progressista deve proporcionar lugar para a mais mínima posição de dúvida, de curiosidade, de crítica, de sugestão, de presença viva, com voz de todos que participam da escola, principalmente dos educandos em sala de aula.

Isto se faz presente nos educadores e administradores do CEPA, quando estes afirmam que dão oportunidade para as crianças participarem das atividades da ONG, vejamos:

A importância do meu trabalho é mantê-los ocupados com as atividades que eles se sintam dignos de ter, tá entendendo? Não é simplesmente uma atividade por uma atividade, mas uma atividade que eles tenham autonomia de si próprios, que é como a gente faz aqui. Eles mesmos são os autores da história, como a gente fala tanto na faculdade, né? Porque a gente não simplesmente passa atividades, mas a gente está ali com eles, conversa, há um diálogo para poder a gente ter as atividades. E essa motivação vai além, né, porque abrange também a família. A gente também faz visitas às casas deles, conhece a realidade deles, para poder a gente trabalhar em sala de aula, né? Então a gente tem todo um período de visita no início do semestre, a gente vai nas casas deles, conversa, faz algumas perguntas para a gente aqui, para situar a gente como educador. Tem todo um acompanhamento extraclasse, todo um acompanhamento por fora, ou seja, é uma motivação para inseri-los na comunidade como

cidadãos (Marcos Pereira, educador, em entrevista).

Para mim educação política é aquela que ajuda o sujeito a emancipar-se, que ajuda ele a se sentir, que constrói a sociedade, a partir dele constrói. Eu sempre trabalho assim com meus educandos, por exemplo: a aula é um espaço que eles também podem construir. Porque aqui, como o CEPA tem uma proposta pedagógica, aí a linha filosófica do CEPA no aspecto da educação, que esta ligada a instituição religiosa da Irmãzinhas da Assunção, mas ele tem uma linha filosófica, que é a linha humanista de Paulo Freire. É o que orienta nossa proposta pedagógica (Ir. Hildete Carvalho, educadora, em entrevista).

Tudo que a gente faz é planejado, em grupo. Tem um momento também de planejamento com as crianças, com os adolescentes, com a comunidade e com as famílias e com a equipe. A gente tenta fazer um trabalho assim, no coletivo (Bibi, administradora financeira, em entrevista).

Ainda sobre a questão da participação, o CEPA oferece para comunidade e para a família dos educandos espaços como rodas de conversas, onde existe uma partilha dialógica de reflexões existenciais, sociais e cotidianas, que favorecem a percepção crítica da realidade, desenvolvendo assim, a consciência crítica e política dos participantes. Existem também palestras e seminários que são realizados para um aprofundamento de temas relacionados às situações vividas pelas crianças, adolescentes, jovens e outras pessoas das comunidades assistidas.

Como Freire, o CEPA demonstra que também acredita na vocação de todo ser humano para *ser mais*. Como vimos, para Freire “a vocação para o *ser mais*, enquanto expressão da natureza humana fazendo-se na História, precisa de condições concretas sem as quais a vocação se distorce” (FREIRE, 2007, p. 15). Podemos perceber que o CEPA proporciona estas condições necessárias e busca estimular esta vocação através da fala do presidente da ONG:

[...] Outro aspecto, é que as pessoas percebem que aquilo é um espaço formativo, o CEPA é um espaço formativo, mas não só enquanto espaço formativo do ponto de vista conteudista, mas uma formação de vida para a vida, porque ampliamos, porque a cada atividade que é proposta, é acrescentado o aspecto da cidadania (Prof. Dr. Pe. Everaldo Fernandes, presidente do CEPA, em entrevista).

Isto também demonstra que as atividades do CEPA estão de acordo com a proposta que vimos de Mészáros, quando este aponta como um tipo de educação alternativo frente à internalização de valores impostos pelo sistema do capital, “adotar a totalidade das práticas político-educacional-cultural, na mais ampla concepção do que seja uma transformação emancipadora” (MÉSZÁROS, 2008, p. 57).

Segundo Medeiros (2010), os jovens que pertencem a comunidades de baixo poder

aquisitivo não compreendem as contradições do mundo em que vivem e não reconhecem sua importância e poder dentro do espaço e tempo. No CEPA vários educadores tentam reverter essa incompreensão, como podemos destacar:

Eu acredito que se eu alimento essa perspectiva de que estou contribuindo na formação do sujeito crítico, que possa emancipar-se nas situações, eu acredito que o meu trabalho tem essa importância, de ajudá-los a se reconhecerem enquanto cidadãos que constroem o lugar onde eles estão. Então eu trabalho nessa perspectiva, de que eles possam carregar isso consigo, de se afirmar ou até de descobrir qual é a sua própria visão de mundo (Ir. Hildete Carvalho, educadora, em entrevista).

Saber que a gente está sendo importante para vida deles, no sentido de apontar caminhos e abrir o leque, para eles poderem observar que tem muitas coisas que vão além do que eles já conhecem sobre a vida, sobre relações, o relacionamento das pessoas, sobre o que eles estão assistindo na TV, tudo isso assim, de poder ter uma pessoa que vá despertar o olhar deles para abrir a visão, não ficar tão limitado [...] A vida, drogas, as músicas, tudo que eles consomem hoje que tem algo que está além. Tem que abrir a mente pra enxergar isso. (Lindenis Marcelo, professor de teatro, em entrevista).

É importante trabalhar a dança, em duas vertentes. Primeiro no conhecimento corporal, das possibilidades do seu corpo, né. Quais são as possibilidades do meu corpo? O que é que eu posso fazer através do meu corpo, no sentido físico, e no sentido crítico também. Porque, a partir do momento que eu tenho o conhecimento da possibilidade do que eu tenho que fazer com o corpo, do que eu posso fazer com o corpo, e quando a gente fala em corpo, a gente fala em mente, a gente fala em coração, a gente fala no físico. Essa mentalidade também na aula de dança é trabalhada, então eu exercito a mente no sentido de fazer com que elas pensem, com que elas reflitam sobre a questão. Ah, por que, por exemplo, a gente trabalha com dança popular aqui, as musicalidades populares? Então a gente vai mais adiante. Então, por que a gente vai dançar esse determinado ritmo, onde surgiu esse ritmo? Ele é nosso, ele não é? Então todo o desenvolvimento, como surgiu, como vai caminhando esse processo. Então nisso eles vão começando a descobrir e investigar a própria história. Não é só a dança pela dança, mas a dança contextualizada com as suas vivências, com as suas relações, com o seu desenvolvimento político, cultural, social. Então isso vai sendo integrado e vai sendo discutido a partir de cada momento que a gente vai ensaiar aqui (Renata Lima, professora de dança, em entrevista).

Podemos perceber que esta última fala da professora de dança, Renata Lima, concorda com a afirmação que destacamos da autora Livia Carvalho (2008), que estuda artes nas ONGs, quando esta aponta que as atividades artísticas ajudam os educandos a se expressarem e a desenvolverem o pensamento analítico, como também podem concorrer para o fortalecimento da identidade social ou grupal.

Quando questionados sobre o que entendem por educação política, mais da metade dos entrevistados, entre educadores e administradores, demonstraram clareza e domínio sobre a dimensão política da educação, como podemos destacar em algumas falas:

Quando a gente fala da questão política, levanta a questão crítica, né? E aí essa questão crítica é construída a partir de todos os membros, inclusive dos alunos da instituição. Então

quando a gente fala em educação crítica é para provocar esta criticidade nas crianças, para que elas possam compreender o processo social, político, cultural, no sentido do desenvolvimento de transformação desse ser consciente dos seus direitos e deveres. Porque, quando eu sou consciente dos meus direitos e deveres eu posso ir em busca de saber o que eu preciso fazer para contribuir com uma sociedade mais digna, mais justa, mais humanizada, e aí os meus deveres, eu sei o que tenho que fazer para construir essa sociedade. Então a partir do momento que eu tenho esta consciência, eu tenho o ser crítico, dotado de criticidade e consequentemente político (Renata Lima, professora de dança, em entrevista).

A formação política oferecida pelo movimento popular é fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica, humana e acho que também espiritual do indivíduo, fazendo com que o indivíduo se perceba como o indivíduo que pode realizar um projeto social voltado para o bem-estar coletivo. A formação política é essa, a formação política não está só para alcançar o poder, está para organizar as questões sociais, políticas e humanas [...]. Eu acho que a formação política, ela faz isso, faz com que o indivíduo perceba, o olho dele se abre, ele vê a matrix, e quando ele vê a matrix, acabou (Wegma Oliveira, monitor de informática, em entrevista).

A gente trabalhando com a Bíblia é uma educação política, não é a que a gente quer, a educação política, mas, assim, não deixa de ser, porque a gente está ajudando o outro a pensar, a buscar aquilo que é de direito. Porque dentro de uma pastoral da criança temos esse trabalho de estar junto, mas ajudar as mães também a buscar os direitos delas, os direitos das crianças, a questão da saúde. [...] De fato a formação que eu tive é bíblica que vai nessa linha, é a formação bíblica que tem me ajudado nessa linha. Porque assim, com as irmãs, quando eu entrei, eu comeci a Bíblia por correspondência pelo CEBI com a questão de fé e vida, que é a questão da política que é fé e vida, que é aquilo que você acredita, mas como está vivenciando na prática, e o ato de discutir e pensar é um ato político (Ir. Silvaneide Ventura, administradora financeira, em entrevista).

A minha visão da questão de educação política, no papel da gente, que é importante na sociedade onde a gente vive. Que política não é essencialmente o ano eleitoral, mas política se faz todo dia, até na nossa casa, na nossa família, na comunidade, na rua onde a gente mora. A questão de política é você poder relacionar. É o papel da gente em mudar uma realidade, da gente poder participar (Lindenis Marcelo, professor de teatro, em entrevista).

Durante a entrevista com o atual presidente do CEPA, foi levantada a questão do compromisso político da ONG, que segundo ele, está em todas as atividades do CEPA, onde ele enfatiza que qualquer atividade que vá ser desenvolvida no CEPA, primeiramente é feito uma escuta e que nisto já se faz presente a atitude política na ONG.

Por exemplo, agora com o pré-vestibular, com convênio com a UFPE, nas matérias isoladas, física, química e matemática [...] Para chegar a isso a gente vai para uma escuta com essas demandas, essas novas demandas da comunidade. É uma conversa paritária, uma conversa colegiada, uma discussão, tanto com os membros da comunidade, como com os membros do CEPA. Então, eu vejo isso já como uma atitude política, porque mistura, e esse modo de fazê-lo já é política. Isso é possível por conta dessa concepção, de que a gente, o nosso jeito de fazer, ele é um jeito colegiado. A gente tem isso como forma política, com conteúdo, não é? Então, veja, para cada empreitada dessa, para cada atividade que o CEPA exerce, ela é discutida e avaliada, partindo de pressupostos de uma política prestativa.

Então a nossa compreensão de democracia é uma democracia participativa e não uma democracia representativa, então ainda há mais essa preocupação (Prof. Dr. Pe. Everaldo Fernandes, presidente do CEPA, em entrevista).

De acordo com Projeto Político-Pedagógico do CEPA, esta ONG tem intervindo em outras instâncias em busca da transformação social, participando ativamente de conselhos do município. A coordenadora de projetos sociais, em entrevista, confirma este envolvimento.

Como a gente está numa ONG, é importante que tenhamos redes com os outros órgãos municipais, estaduais, seja de qualquer esfera, para que também isto fortaleça a luta política da gente. Cada dia é uma luta política, não é? Então, Bibi participa. Ela está no momento como ordenadora de despesa do COMDICA. Já faz um tempo que a gente tem o assento no conselho, teve uma época que foi Clemilton, depois eu fiquei um tempo e também Bibi. [...] Bibi também e eu estamos no Conselho Municipal de Assistência Social, eu estou como titular e Bibi como suplente (Edileuza Fernandes, coordenadora de projetos sociais, em entrevista).

Através destes conselhos, o CEPA busca acompanhar e colaborar para a definição de políticas públicas voltadas para a melhoria de vida de crianças, adolescentes e de suas famílias, como afirma a administradora financeira da ONG:

Atualmente, através do CEPA eu estou como conselheira do direito da criança e do adolescente no COMDICA de Caruaru, e lá nós temos um assento como conselheiros, e atualmente eu estou como ordenadora de despesa do conselho também. E tanto eu como Edileuza estamos em outro conselho, porque lá é o momento que temos de poder participar das políticas públicas que se refere às crianças e adolescentes do nosso município (Bibi, administradora financeira, em entrevista).

Ainda de acordo com Projeto Político-Pedagógico, o CEPA tem trabalhado, também, para estimular os educandos em relação à necessidade e importância de sua participação ativa nos espaços de decisões e formulações de políticas públicas sociais. Isto é comprovado na entrevista com a jovem Sinthia Manuella, de 17 anos, que está estagiando no CEPA, e que também foi educanda da ONG em vários projetos desde criança. Sinthia fala que já participou de atos públicos na câmara de vereadores a convite da coordenadora de projetos sociais, como podemos observar:

Eu fiz um curso com D. Edileuza, mas, era mais, um ato público, só não me recordo muito bem... Teve um que foi falando das creches dos bairros daqui, na câmara de vereadores (Sinthia Manuella, estagiária e educanda do CEPA, em entrevista).

Deste modo, podemos concluir que, diferente da maioria das organizações não-governamentais e das demais organizações atuais do Terceiro Setor, as quais segundo Gohn (2005) são pouco politizadas, com compromissos genéricos sobre o combate à exclusão

social, o CEPA, não só na teoria, como também na prática, está intimamente comprometido com a formação política das crianças, adolescentes e jovens que fazem parte da ONG, para que estes possam vir a exercer de fato sua condição de cidadão, para tornarem-se verdadeiros agentes de mudança da severa realidade na qual vivem hoje.

CONCLUSÃO

As organizações não-governamentais passaram por diversas transformações nestas últimas décadas. De militantes e cidadãs, como apoio aos movimentos sociais e populares, as ONGs passaram a ser autônomas e mais articuladas às empresas e fundações (Gohn, 2005), tornando-se menos politizadas e mais empresárias (Montaño, 2002; Medeiros, 2010), buscando-se mais eficientes para angariar recursos junto às fontes de financiamento.

Tendo em vista estes fatos, o objetivo deste trabalho de conclusão de curso foi analisar o compromisso político do Centro de Educação Popular Assunção – CEPA, uma ONG que desde 2001 trabalha para a formação de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Para que este objetivo fosse alcançado, foram realizadas pesquisas sobre as organizações não-governamentais no Brasil, primeiramente abordando o setor da economia onde estas organizações estão inseridas, o Terceiro setor.

Foram encontradas algumas limitações para que esta primeira parte do trabalho fosse realizada. O número reduzido de livros e trabalhos voltados para esta área da gestão social dificultou a pesquisa. Outra complexidade para realização deste trabalho, encontra-se na inconclusão sobre o conceito de Terceiro Setor e quais as organizações que devem fazer parte deste. O mesmo acontece com as ONGs, que podem ser divididas em diversos tipos de organizações, como OSCIPs e OS, dependendo dos requisitos da Lei a qual forem regidas.

Por isso, uma boa recomendação para trabalhos futuros consiste em um estudo voltado para formulação do conceito e definição mais exatos do Terceiro Setor, abordando também quais as organizações que deveriam fazer parte, ou não, deste. O que virá a proporcionar maior clareza e entendimento a respeito deste setor.

Outra recomendação para estudos futuros na área da gestão social seria um maior aprofundamento sobre as leis que regem as organizações não-governamentais, uma vez que, determinadas leis são voltadas para certos tipos de ONGs e outras não, vindo a confundir o entendimento sobre este assunto.

Neste trabalho também tratamos sobre a formação dos jovens e levantamos dados para que fosse possível analisar o compromisso político da ONG em questão.

A partir da análise dos dados da pesquisa, pôde-se concluir que o CEPA mostra-se como um diferencial entre as ONGs atuais. Como pudemos observar, esta instituição apresenta-se como um espaço sustentado por educadores e administradores que agem de

acordo com convicções emancipatórias, e que para tanto, realizam diagnósticos sobre a realidade social em que os seus educandos estão inseridos e constroem propostas a fim de alcançar efetivas intervenções.

Percebemos que o CEPA é uma ONG que atua como resistência à exclusão, e luta pela inclusão social. Porém, não uma inclusão em termos de integração ao *status quo* vigente, mas uma inclusão de indivíduos dotados de consciência política, capazes de resistir à lógica de mercado e de questionar as bases deste modelo de desenvolvimento excludente no qual estamos inseridos.

Para que isto aconteça a contento, esta organização proporciona para seus educandos, além da formação técnica, uma formação humana, social e política, seguindo uma metodologia a partir de pessoas que lutaram por uma sociedade libertadora, viva, humana e desenvolvida.

Com base nas teorias de Paulo Freire e na prática espiritual da congregação das Irmãzinhas da Assunção, o CEPA mostra que, verdadeiramente, além de educar as crianças para o básico, contribuem para que elas sejam agentes de transformação, em favor da vida e de valores que não sejam apenas materiais, regidos pela lógica do capital, mas que procurem agir coletivamente em busca do bem comum, da inclusão e da igualdade de oportunidade para todos.

Tendo em vista a realidade prática das atividades do CEPA, como também a sua missão, a qual busca contribuir para disseminar a Cultura de Paz, mantendo uma proposta espiritual-sócio-educativo-cultural construída de forma interativa, através do diálogo entre os diversos saberes e atores sociais, podemos afirmar que, de fato, o compromisso político abordado numa educação popular faz-se presente nos projetos, cursos, educadores e administradores do Centro de Educação Popular da Assunção.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS. **Um novo marco legal para as ONGs no Brasil: fortalecendo a cidadania e a participação democrática**. São Paulo: Abong, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DO MEIO AMBIENTE - ASPROMA [O que é a Asproma]. [S. l.; s. n.] Disponível em: <<http://asproma.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#funções>. Acesso em: 20 ago. 2013.

CACCIA BAVA, Silvio. O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI. **Cadernos ABONG**. São Paulo: ABONG, n. 27, maio, 2000.

CARVALHO, Livia Marques. **O ensino de artes em ONGs**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETTI, Celso João. et. al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CEPA. **Projeto político-pedagógico**. Caruaru: CEPA, 2012.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COUTINHO, Joana. As ONGs: Origens e (des) Caminhos. **Revista Lutas Sociais NEILS – Programa de Estudos e Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP**, n. 13/14, 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/revista/vol.13_14.html>. Acesso em: 23 jul. 2013.

FERRETTI, Celso João. et. al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 8. ed. Indaiatuba, SP: Villa das Letra, 2007.

_____. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GREEN, Duncan. **Da pobreza ao poder:** como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Cortez; Oxford: Oxfam Internacional, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KUSER, Heitor. **OSCIP x ONG.** [S. l.; s. n.] 2008. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/2008/colunas/marketing/maio_16.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João. et. al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MEDEIROS, Silvana. **O Estado e a administração pública:** economia, política, sociedade e reformas do Estado. João Pessoa: Ideia, 2009.

_____. **A responsabilidade sócio-ambiental das empresas:** uma mudança de valores na política, economia, ciência e educação. João Pessoa: Ideia, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC). **[Educação Profissional e Tecnológica].** [S. l.; s. n.] Disponível em: <<http://pronateccopa.turismo.gov.br/pronatec.html>>. Acesso em: 04 set. 2013.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cezar da. **Sociologia para jovens do século XXI.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia de pesquisa:** abordagem teórico-prática. Campinas, SP: Papirus, 1996.

PRADO, Carlos Roberto do. et. al. **Filantropia, ética e gestão nas ONGs**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2007.

SARACENO, Daniella Vieira dos Santos. **O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local**. [S. l.; s. n.] 2011. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/Estudos_Caderno_Analise_Regional.aspx>. Acesso em: 23 jun. 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA FILHO, Horácio Penteado de Faria e. O empresário e a educação. In: FERRETTI, Celso João. et. al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia_da_Liberta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 21 mar. 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista sobre a organização

1. Nome da organização
2. Endereço da organização
3. Ano de criação
4. Área de atuação
5. Público-alvo
6. Número de crianças/adolescentes/jovens beneficiados
7. Missão da organização
8. Fontes de financiamento
9. Parcerias para cooperação técnico-científica
10. Benefícios oferecidos
11. Total de pessoas que trabalham na ONG
12. Conselhos em que participa

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com administradores e educadores

1. Nome
2. Idade
3. Formação
4. Que vínculo tem com ONG?
5. Há quanto tempo trabalha na organização?
6. Qual trabalho executa?
7. Qual a sua remuneração na ONG?
8. Como ingressou na ONG?
9. Qual a motivação para trabalhar na ONG?
10. Tem alguma formação ou atuação política?
11. O que entende por educação política?
12. Qual a importância do seu trabalho para a vida das crianças e jovens da ONG?